

**REPENSANDO AS RELAÇÕES ENTRE MULHER E HOMEM NO TEMPO DE
SAMORA
2001**

Por: Isabel Maria Casimiro¹

Introdução

“Não se pode olhar o povo lá de cima e dizer, olha o povo sofre! Sempre combatemos isto e combateremos agora com mais energia. Ver o povo como a razão da nossa acção não faz nenhum sentido. Se eu, a nível individual, não me liberto, como poderei contribuir para a libertação do meu povo?” (Samora Machel, Entrevista Exclusiva, *Afrique-Asie*, N° Spécial, Maio, 1976.

Não é possível falar de Samora sem falar do contexto histórico em que a sua personalidade se tornou dominante, sem fazer referência às condições que possibilitam o aparecimento de determinadas personalidades, ou seja, sem falar do papel do indivíduo na história, sem falar de Moçambique no contexto do continente Africano e mundial, sobretudo nas últimas quatro décadas.

Uma forma de falar de Samora é analisar o modo como mulheres e homens são socializados e em que contextos, as diferentes e contraditórias forças que os moldam e porquê, as relações de poder entre os vários actores, sobretudo as relações de poder entre a elite dirigente que conduziu a luta nacionalista, a luta armada de libertação nacional e o período pós-independência.

Samora era um homem do seu tempo, marcado pela sua educação tradicional e cristã, pela sua formação como guerrilheiro. Tinha uma visão descomprometida em relação ao seu país, marcada pela sua maneira de olhar o mundo, é óbvio, mas uma visão desafiadora para o país, para a região Austral de África, para o mundo. Acreditava naquilo em que pensava, vivia intensamente as suas utopias. Uma das suas visões e utopias está relacionada com a mulher, com o modo como ele analisava a sua situação na nossa sociedade, como via as suas relações com o homem e como previa a sua emancipação, no contexto mais geral da libertação do país.

Pertenço a uma geração que teve o privilégio de acompanhar de perto e de participar na edificação dum Moçambique diferente. Uma geração que sonhou mas também criou um país de princípios como dignidade, patriotismo e independência. É óbvio que para esta geração – aquela que resta e a que ainda se atreve a sonhar o impossível – falar de Samora é falar dum dos símbolos da nossa utopia moçambicana. Ele estava permanentemente presente nas nossas vidas, dialogava connosco, interrogava-nos, inquietava. Ele ousava, na sua autenticidade, avançar e, na sua maneira de o fazer, conseguia-nos fazer mexer, quais ondas do mar que se movimentam em conjunto.

A primeira vez que tive contacto com Samora Machel foi em 1975, na cidade de Nampula, aquando da viagem do “Rovuma ao Maputo”. Eu havia interrompido os meus estudos de História, na então Universidade de Lourenço Marques e decidido regressar à província que me viu nascer. Fazia parte da Comissão de Protocolo quando Samora passou por Nampula. Não mais esqueci a sua conversa com os membros da FRELIMO que o acompanhavam, na residência do Governador de Nampula. Samora aconselhava os militantes que ainda não estivessem casados a contrair matrimónio, assim que chegassem a Lourenço Marques, caso contrário, teriam de ir viver para o Quartel! Esta sua proposta tinha também

^{1/} Docente da Universidade Eduardo Mondlane, em serviço no Centro de Estudos Africanos, Departamento de Estudos da Mulher e Género. Mestre em Sociologia, Universidade de Coimbra, 1999.

que ver com o facto dos militantes, oriundos dum contexto diferente, virem a ser confrontados com as mordomias e assédios diversos da cidade-capital, símbolo mais alto do poder colonial, cujos habitantes poderiam desvirtuar a pureza da luta revolucionária e dos seus guerrilheiros.

Quando comecei a trabalhar sobre a temática da mulher e das relações de género, na Oficina de História, do Centro de Estudos Africanos, a partir dos anos 80², estas e outras palavras de Samora a propósito da mulher martelavam a minha cabeça. Eu conhecia grande parte dos textos produzidos pela FRELIMO, não apenas sobre a mulher, mas sobre o poder popular, sobre a educação e a saúde e articulava-os com o que constituiu o pilar da minha formação. Entrevistei e privei com mulheres e homens que haviam feito a luta armada. Consultei, para a minha tese de licenciatura, alguns documentos do Arquivo da FRELIMO sobre a participação da mulher na luta. Nestes documentos eu percebia diferenças e semelhanças entre as palavras de Mondlane e as de Samora, a propósito da emancipação da mulher e via a distância entre os propósitos do movimento de libertação e a prática do dia-a-dia. Por isso fui-me apercebendo das articulações entre o seu discurso teórico e o dos movimentos nacionalistas de cariz marxista dos anos 60 e de quão longe, apesar de tudo, a Frente de Libertação de Moçambique conseguiu ir em tanto que objectivos.

A minha contribuição para o debate sobre Samora e as relações de género tem como base a investigação que realizei para a tese de licenciatura intitulada “Transformação nas relações homem/mulher em Moçambique, 1960-74” (1986); a investigação para a tese de mestrado “‘Paz na terra, guerra em casa’. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique” (1999); a minha experiência como membro do Partido Frelimo e de diversas organizações de mulheres, desde a OMM, a ACTIVA, a MULEIDE, o Fórum Mulher, as reflexões que temos realizado no Centro de Estudos Africanos com base nos diversos projectos de investigação, levados a cabo a partir da década de 80 e nas reflexões dos movimentos feministas em todo o mundo.

I. “A libertação da mulher é, em primeiro lugar, tarefa da própria mulher”³

“Quando começaram as primeiras forças guerrilheiras, as mulheres tinham muitas dúvidas e não sabiam as tarefas assim como quais as responsabilidades que se esperavam da mulher na luta. Mesmo vivendo há muito tempo em Bases guerrilheiras, algumas nem sequer compreendiam porque lá estavam. Quando o camarada Mabote vinha informar sobre as tarefas da mulher, as mulheres ficavam zangadas, quase que o insultavam, não compreendiam, na altura, o valor das lições que ele lhes dava. ... Agora vejo-me em posição idêntica à de um homem e não a de uma mulher simples como era” (Conversações do Chefe do DD com responsáveis dos Destacamentos Femininos na despedida das mesmas, Nachingwea, 02/10/67, Cx 46, DE Actas 1).

A submissão de Moçambique ao poder colonial, e a recusa por parte da potência colonizadora de aceitar o diálogo para a transferência pacífica do poder e de admitir a identidade histórica de Moçambique, conduziu o movimento nacionalista a optar pela Luta

^{2/} Refiro-me ao projecto de investigação “O Poder Popular nas antigas Zonas Libertadas da FRELIMO”. Foi no âmbito deste projecto e com a sugestão de Aquino de Bragança, primeiro Director do CEA, que me decidi a trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada, como tema da minha tese de licenciatura defendida em 1986.

^{3/} Exortação à Mulher Moçambicana por ocasião da Preparação da Conferência Extraordinária da Mulher, Secretariado do Comité Central do Partido Frelimo, Maputo, 08/08/83, *Notícias*, 09/08/83.

Armada de Libertação Nacional (LALN)⁴. Em 1977, dois anos após a independência e da criação da República Popular de Moçambique, no decurso do III Congresso da FRELIMO, o movimento nacionalista adoptou o marxismo-leninismo, transformando-se de Frente de Libertação, em Frelimo - Partido Marxista-Leninista, Partido de Vanguarda da Revolução Moçambicana⁵. Estes acontecimentos - a colonização portuguesa, o carácter revolucionário da LALN, a constituição do Partido Marxista-Leninista, força dirigente do Estado e da sociedade - marcaram profundamente a organização social moçambicana. A nova sociedade surgida no período pós-independência encerra rupturas com a sociedade colonial, mas também continuidades, produto do passado histórico, misturando dimensões tradicionais e coloniais que se retroalimentam, numa fase de desordem social, em direcção a uma 'sociedade de tipo novo' experimentada nas Zonas Libertadas da FRELIMO.

Os abalos culturais provocados por estes processos são paulatina mas parcialmente preenchidos por uma nova ordem revolucionária, dirigida por um poder político de partido único. Confundindo-se com o Povo, a Nação e a Revolução, o Partido único liberta e estimula, numa fase inicial, energias, e uma grande vontade de transformação invade os moçambicanos do Rovuma ao Maputo (Osório, 1988: 4).

Um aspecto importante da 'desordem social' provocada pela Frelimo, foi a posição assumida, durante a LALN, sobre a emancipação da mulher e as concepções de luta para a sua libertação da opressão. Na década de 60-70, a FRELIMO foi, talvez, dos poucos movimentos nacionalistas, no continente Africano, que defendeu que a emancipação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial, e pela construção duma sociedade nova, adiantando que apenas a participação da mulher na luta, e em todas as frentes de combate, poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão⁶. A FRELIMO revelou-se herdeira dos ideais revolucionários do Iluminismo, do Socialismo Utópico, do ideário marxista e dos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo que, nos séculos XVIII, XIX e XX, pugnaram pela emancipação da mulher e pela construção duma sociedade de tipo socialista.

Com a sua constituição em 1962, a partir de associações de refugiados, criadas nos países vizinhos, as mulheres encontraram na FRELIMO condições para a sua integração, tendo tido um importante papel nesta fase. Datam já de 1962, referências a grupos de mulheres que, por iniciativa própria, se organizaram para apoiar a Frente. A este propósito, Janet Mondlane, viúva do primeiro Presidente da FRELIMO diria, numa entrevista realizada pela autora, a 19/06/86, que foram as mulheres que decidiram organizar-se para apoiar a FRELIMO, deste modo canalizando as energias dos que se haviam juntado à luta.

Numa fase inicial, a FRELIMO mobilizou todas as forças para participarem na luta contra o colonialismo português, e pela libertação do País. Os Estatutos aprovados pelo I Congresso da FRELIMO, realizado em 1962, na Tanzania, propunham-se a promover o desenvolvimento sócio-cultural da mulher e a encorajar e a apoiar a formação de

⁴ / A FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique - é criada a 25 de Junho de 1962, surgida da fusão de alguns movimentos nacionalistas, criados nos territórios vizinhos. Após consultas junto do governo português e, perante a recusa de transição pacífica do poder, a FRELIMO preparou-se para a luta armada, iniciada em Cabo Delgado, província nortenha e coração da luta, a 25 de Setembro de 1964.

⁵ / Ver *Documentos Do III Congresso*, FRELIMO. O Congresso realizou-se em Maputo, 3-7 de Fevereiro de 1977.

⁶ / Machel, Samora (1973) "A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo".

organizações sindicais de mulheres⁷. O seu Programa estabelecia o princípio de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo, cor, ou região⁸. Mulheres e homens, com diferentes origens e experiências de vida, que se encontravam no interior ou no exterior do País, aderiram ao projecto da FRELIMO, ainda que os seus propósitos tivessem sido dos mais diversos. Algumas mulheres apenas acompanhavam os seus familiares, outras com alguma consciência do facto colonial, viam no movimento então criado uma possibilidade de se libertar do colonialismo e do racismo.

O dia a dia como refugiados na Tanzânia, acabou por conduzir a um conjunto de actividades, que envolveram as mulheres, por sua iniciativa. Algumas traziam a experiência de trabalho com refugiadas moçambicanas nos países limítrofes, onde se desenvolveram associações de ajuda mútua, que reproduziam as formas de solidariedade das suas comunidades de origem e, também, a divisão sexual de trabalho existente. De moto próprio, as mulheres engajaram-se na mobilização de pessoas para o movimento, apoiaram no enquadramento dos refugiados que iam chegando, trabalhavam com crianças órfãs, vendiam cartões da FRELIMO.

A primeira organização feminina criada depois da existência da FRELIMO, foi a LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique, também conhecida por *Women's League*), tributária das Ligas Femininas das colónias inglesas. O seu objectivo inicial era apoiar as famílias dos que se juntavam à causa e explicar os propósitos da FRELIMO. Este trabalho implicava o conhecimento dos locais e bairros onde viviam os moçambicanos, beneficiando para tal da colaboração das mulheres tanzanianas, através dos *Women's Clubs* (Clubes de Mulheres) onde, entre outras coisas, aprendiam métodos de trabalho de direcção. Esta organização participou em Julho de 1962, em Dar-Es-Salaam, na Conferência pan-africana das Mulheres. Com o início da luta armada, em 1964, novas exigências se impuseram ao movimento, que esta organização feminina, por diversos motivos, não foi capaz de acompanhar. Entrevistas realizadas revelam que esta organização era maioritariamente constituída por moçambicanas oriundas de organizações anteriores, mais urbanizadas, com dificuldades de adaptar-se a condições novas de trabalho, sem implantação no interior de Moçambique, nas zonas que a FRELIMO ia libertando - junto de mulheres de origem camponesa e de diferentes grupos étnico-linguísticos.

O Destacamento Feminino (DF), constituído por mulheres guerrilheiras, nasceu, ao contrário do que refere a informação oficial, por solicitação das mulheres, confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo. Foi em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direcção do movimento, para poder garantir a defesa das populações, à sua responsabilidade e, que o primeiro grupo se preparou e constituiu o DF (Casimiro, 1986: 127-130). Todavia, a documentação oficial reporta a sua criação, durante a Sessão do Comité Central, em Outubro de 1966.

Esta decisão encontrou muitos obstáculos no seio do movimento, por parte de homens e mulheres. As mulheres que se haviam juntado à luta funcionavam, muitas vezes, como produtoras e reprodutoras, fonte de prazer sexual para os guerrilheiros que, sob a direcção de alguns *chairmen* (chefes tradicionais homens), organizaram o controle da sua força de trabalho, e o controle dos homens, ao seu acesso. Alguns homens afirmavam que as mulheres

⁷/ I Congresso da FRELIMO, "Declaração Geral", in: *Documentos Base da FRELIMO 1*:17.

⁸/ Programa da FRELIMO, I Congresso, *ibid.*: 34.

eram um ser fraco, que não aguentava os treinos militares, e que era perigoso "*aproximar o fogo do capim*". Havia homens que não encaravam com bons olhos que as mulheres fossem guerrilheiras, chegando mesmo a impedi-las de participar. Alegavam que as mulheres eram as principais responsáveis por actos de corrupção e pela gravidez, uma vez que as suas actividades como guerrilheiras as impediam de casar, castigando-as mais que aos homens. Para provar a sua incapacidade utilizavam as mulheres como amantes e obrigavam-nas a realizar trabalhos pesados, quando não se deixassem aliciar. Os mais velhos recebiam pelo envio das suas filhas para os campos de treino, donde vinham muitas das vezes grávidas. Sentiam que a participação da mulher nas actividades militares era uma fuga às suas ocupações, como produtoras, esposas e mães, reagindo ao facto de verem ameaçada a sua atitude tutelar sobre as mulheres (Casimiro 1986).

Para as mulheres não era fácil conciliar as tarefas domésticas - no âmbito da divisão sexual de trabalho - com as militares - treinar, participar em combates, mobilizar a população, participar na defesa das Zonas Libertadas, transportar material. Um outro impedimento era o facto de as mulheres não se poderem casar, enquanto estavam no DF, o que agudizou as contradições entre mulheres 'do interior' e 'do exterior'. Sentiam-se equiparadas aos homens guerrilheiros (*Agora vejo-me em posição idêntica à de um homem e não a de uma mulher simples como era*), que entretanto insistiam na sua inferioridade, sem reconhecimento das suas especificidades como mulheres. Foi ao nível do DF que o papel da mulher adquiriu características qualitativamente novas. Combatendo, a mulher entrou num lugar sagrado, reservado ao homem. O facto de viver em campos de treino, usar calças, formar mulheres mas também homens, participar em combates, conviver com outras pessoas que não as do grupo de parentesco, provocou uma autêntica revolução em zonas camponesas e conservadoras, deste modo limitando o controle que os homens habitualmente exerciam sobre a função produtiva e reprodutiva das mulheres, e das alianças matrimoniais entre os diversos clãs (Casimiro 1986).

Em 1968, numa reunião popular, no interior do Norte de Moçambique, uma guerrilheira perguntava ao então Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, porque não podiam as mulheres ser comandantes, quando reunissem as mesmas condições que os homens. Mondlane respondeu, sem justificações, que essa questão nunca havia sido colocada pela direcção do movimento, mas que estava nas mãos das mulheres exigir os avanços, as transformações necessárias. Assegurou que o assunto seria discutido e considerado a partir daquele momento (Mondlane 1995). Este acontecimento é revelador de dois aspectos fundamentais:

- A libertação da mulher havia sido até ali concebida por homens, progressistas ou não, que a consideravam um factor decisivo para o avanço da FRELIMO, mas em que as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia;
- A criação do DF e as necessidades de redefinição de tarefas, competências, espaços a ocupar, levou algumas mulheres a tomarem posição e a questionarem a subalternização a que continuavam sujeitas, em termos de acesso e controle de recursos, entre os quais, o poder político.

Com o avançar da luta, a direcção da FRELIMO colocou a necessidade de criar uma organização mais abrangente. Esta organização tinha como núcleo central o DF, mas deveria englobar todas as mulheres ligadas ao movimento através de diversas actividades, no interior ou no exterior do país, nas zonas libertadas ou semi-libertadas. Apesar da oposição de

algumas guerrilheiras, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), foi criada em 1973, dois anos antes da independência de Moçambique. A criação da OMM, em Tunduro, na Tanzânia, provocou, no seio de algumas mulheres do DF, um questionamento sobre a sua oportunidade, uma vez que, na sua opinião, o DF vinha cumprindo os objectivos para os quais havia sido criado, tentando mobilizar e trabalhar não apenas com as guerrilheiras, mas com todas as mulheres que viviam nas Zonas Libertadas - zonas onde a FRELIMO havia organizado uma nova forma de vida em termos de saúde, educação, produção, defesa das populações, um novo poder. Apesar da OMM ter sido constituída por membros oriundos do DF, as informações disponíveis indicam que esta organização foi controlada por um grupo de mulheres que não teve um papel tão activo na LALN, estacionadas nos países vizinhos, e que não haviam passado pela mesma experiência que as mulheres do 'interior', ou seja, pelas mulheres guerrilheiras (Casimiro, 1986).

Teria sido objectivo da FRELIMO preparar-se, para o período pós-independência, através duma organização de massas, a primeira a ser criada, assumindo a importância da libertação da mulher? Pretenderia também a FRELIMO encontrar formas organizativas de melhor controle das mulheres?

Importa realçar as áreas em que as percepções de mulheres e homens sobre as relações sociais de género não sofreram mudanças. A divisão sexual do trabalho não sofreu alterações nas zonas libertadas, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico. Aliás, o seu trabalho foi acrescido das tarefas ligadas à participação na luta - alimentar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança das zonas libertadas, escolas, infantários, centros de saúde, treinar e participar em combates. Eram, sobretudo, as mulheres e as crianças que viviam nas zonas libertadas, enquanto os homens se ocupavam da actividade militar. Com a criação oficial do Destacamento Feminino, em 1966, as mulheres passaram a realizar treino militar, bem como tarefas de segurança e, por vezes, chegaram mesmo a participar em combates. A mulher deu um contributo fundamental para o avanço da luta, visível no seu envolvimento em novas tarefas, dentro do princípio socialista então prevalecente, de que a libertação da mulher seria possível pela sua integração no trabalho social. Todavia, não se verificou um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, das tarefas invisíveis que já a ocupavam bastante, e que contribuía para aumentar o seu tempo de trabalho, no âmbito da divisão sexual do trabalho. Assim, se reconfirmaram os seus papéis sociais como esposas, como mães e como trabalhadoras invisíveis, não pagas.

II - A mulher mãe, esposa, guerrilheira e tractorista⁹

“O Sexo feminino tem uma revolução muito pesada”¹⁰

Com a tomada do poder, e com a força legitimadora do movimento nacionalista durante o processo de libertação nacional, a FRELIMO¹¹ tentou 'reproduzir' a experiência da Luta Armada a todo o território nacional, através da construção do socialismo, como corolário da luta que se havia desenvolvido nas Zonas Libertadas. Foi à Organização da

⁹ / Expressões emprestadas de Signe Arnfred, socióloga dinamarquesa, que trabalhou em Moçambique, com a OMM, na primeira metade dos anos 80.

¹⁰ / Reunião com o DF presidida pelo Camarada Adjunto Chefe do DD, Alberto Joaquim Chipande, 1ª parte, 17/03/70, 2, Cx 13 e 14, DF e MP.

¹¹ / A sigla FRELIMO refere-se à Frente de Libertação de Moçambique e a sigla Frelimo diz respeito ao Partido Frelimo, de carácter leninista, constituído em 1977.

Mulher Moçambicana (OMM), dirigida pela FRELIMO, que competiu ‘reproduzir’ a experiência de emancipação da mulher durante a luta armada. A OMM é uma organização social, também designada Organização Democrática de Massas (ODM)¹² com o objectivo de integrar as mulheres na vida política, económica, social e cultural, de Moçambique. O documento final da Conferência Constitutiva da O.M.M., realizada em Março de 1973, expressa claramente a estreita relação com a FRELIMO, ao referir que "*a O.M.M. é parte da estrutura global da FRELIMO, na qual aparece como um braço para atingir um novo sector, o sector feminino, cuja participação completa e adequada tem até aqui sido negligenciada*". A principal tarefa desta organização desde a Independência, em 1975, foi a de mobilizar a mulher para a execução da política económico-social delineada pelo Partido Frelimo. A OMM teve um papel importante na integração da mulher na produção colectiva – cooperativas e associações camponesas – na mobilização das mulheres e da sociedade no geral, para as campanhas de vacinação, na educação materno-infantil, planeamento familiar, educação de adultos, educação cívica, educação e formação da mulher.

O Estado moçambicano adoptou após a Independência um compromisso pela melhoria do estatuto e participação da mulher no desenvolvimento, tal como havia acontecido durante a Luta Armada. Mas a sua postura, em tanto que teoria e prática, foi sempre bastante contraditória. A Frelimo entendeu, durante o processo de Luta Armada, que a participação da mulher era importante para o avanço da revolução - quando as mulheres participavam mais activamente, a luta avançava, havia vitórias. Entendeu que a sua libertação só poderia ser concebida em termos de processo de transformação global da sociedade,

“...exigindo um acção a vários níveis essenciais... (...)... traçar a linha política de acção... (...)... por uma organização política revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas, as conduza na batalha contra a sociedade velha. Só esta organização está em condições de formular a estratégia global do combate libertador” (Machel, 1974: 65).

Esta batalha, de acordo com S. Machel, envolveu mulheres e homens, ainda que não conscientes da necessidade da luta, uma vez que o processo de alienação mental foi de tal ordem, que o/a explorado/a não consegue imaginar que possa existir a possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade (Machel, 1974: 63). A Frelimo entendeu também - e este entendimento foi único, na década de 60, em termos de movimentos de libertação - que a libertação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a libertação de toda a sociedade. O que até poderia parecer mais progressista - ainda que em teoria - do que o apregoado por partidos de esquerda, socialistas ou comunistas. Uma das críticas fundamentais do movimento feminista, saído dos diversos movimentos e partidos de esquerda, foi o facto de se ter assumido na teoria e na prática que a revolução das mulheres podia esperar.

O processo revolucionário abriu oportunidades políticas de participação, através das campanhas de alfabetização¹³, de cuidados de saúde primários, bem como nos passos empreendidos para modificar a legislação discriminatória, ao mesmo tempo que se tentava manter a soberania contra o governo do *apartheid*, na África do Sul, o qual já começara, com o apoio dos E.U.A., a apoiar grupos contra-revolucionários. Neste processo, muitas mulheres foram eleitas, em 1977, através de voto directo, e no decurso de discussões abertas com a

^{12/} Situação que mudou apenas no período 1990-96, quando foi uma "ODM com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimonial" (Estatutos e Programa da OMM, 4ª Confª. da OMM, 1990).

^{13/} Por ocasião da independência, em 1975, apenas 3% das mulheres maiores de sete anos sabiam ler e escrever; em 1980 este número era de 15%.

presença da população, para as Assembleias do Povo, a nível das localidades, distritos, províncias, culminando na Assembleia Popular - cerca de 16% de mulheres na Assembleia Popular (Nacional) e 28% ao nível das localidades. A partir de 1978, realizaram-se as primeiras eleições para Juizes, no âmbito da edificação do novo sistema de Justiça Popular, tendo sido eleitas, para os Tribunais de Localidade e de Bairro, cerca de 1/3 de mulheres, num conjunto de 5 Juizes eleitos, mantendo-se esta proporção a nível dos diversos escalões do sistema judicial.

Entretanto, apesar de todo o seu vanguardismo, a Frelimo não avançou ao ponto de acompanhar as reflexões do movimento feminista internacional - um movimento social que surgiu em circunstâncias idênticas às dos movimentos de libertação dos Países da periferia, nos anos 60 - colando-se demasiado às análises dos partidos de esquerda mais dogmáticos. Por isso a crítica severa da Frelimo em relação ao movimento feminista, entendido como um grupo de mulheres liberais e que confunde os propósitos da libertação (Machel, 1973). Situação idêntica à que se verificou, entre outros, nos países latino-americanos, em que o feminismo era apresentado como um fenómeno importado, tendo os meios de comunicação revelado uma preocupação de caricaturar as mulheres feministas, como sinónimo de mulheres amarguradas, anti-homem e mesmo considerando a prática feminista um perigo porque "*dividia a luta de classes*" (Portugal, 1996: 12-13).

Foi no quadro destas contradições, no contexto dum movimento de libertação que chegou ao poder e das linhas de força internacionais, em relação à emancipação da mulher, que talvez se possa entender o que foi o processo posterior a 1975, ano da I Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Mulher e que iniciou a Década da Mulher. Convém recordar que o Movimento Feminista não tinha ainda na década de 70 reconhecimento político internacional, tendo sido preciso esperar pela década de 90 para que ganhasse espaço e passasse a integrar as principais organizações internacionais.

O Partido Frelimo abraçou em relação às mulheres uma mistura de políticas de orientação socialista - em que a opressão das mulheres se baseava na sua posição económica - parte do paradigma da modernidade, ainda que de orientação socialista e, uma política de desenvolvimento de bem-estar social (*welfare policy*), em voga no mundo inteiro, designada "Mulher no Desenvolvimento" (*Women in Development-WID*), com o objectivo de integrar a mulher no desenvolvimento. Esta política tinha como foco o papel reprodutivo da mulher, ou seja, o acesso a programas de bem-estar social que providenciassem habilidades em economia doméstica, nutrição, saúde, educação, justiça, acesso a recursos, como é o caso de ajuda alimentar e planeamento familiar. A única organização de mulheres então existente, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), favorecia programas de alfabetização e de cuidados de saúde primários, projectos de costura, artesanato, creches, culinária; as mulheres participaram, mobilizadas pela OMM, em campanhas de vacinação, na mobilização para as eleições dos tribunais populares a nível de base, na criação de cooperativas e *machambas* do povo, para o trabalho colectivo, para a criação de creches em locais de trabalho, sobretudo nas zonas urbanas. As mulheres eram vistas como um recurso, cuidadoras e fornecedoras de serviços sociais.

Apoiada numa tradição liberal, esta perspectiva de desenvolvimento procurava uma maior equidade entre mulheres e homens, sem que se alterassem os estereótipos, a divisão sexual de trabalho ao nível doméstico, as relações de género e de poder, o acesso e controle de recursos e a ideologia. Este tipo de políticas reproduziam e não punham em causa as

tarefas da mulher-dona-de-casa e trabalhadora, no âmbito da divisão sexual de trabalho, sendo a mulher vista como beneficiária passiva do desenvolvimento, o que contrariava o próprio discurso da Frelimo. O paradigma "Mulher no Desenvolvimento" tem estado sob crítica de sectores do movimento feminista, a partir da década de 80, uma vez que assume que a mulher não está integrada no trabalho social, ignorando o seu trabalho no agregado familiar e os diversos modos nas quais as estratégias de desenvolvimento têm contribuído para a marginalização e opressão das mulheres - no acesso e controle da terra, no acesso ao crédito, a tecnologias melhoradas, a emprego remunerado, à educação, à saúde e justiça, e tem contribuído para o seu aproveitamento como uma 'trabalhadora' invisível, através da sua integração em projectos de desenvolvimento não remunerados.

De acordo com este paradigma da modernização em relação à emancipação da mulher, conduziu-se um combate feroz contra todas as práticas consideradas obscurantistas e que reproduziam a inferioridade da mulher - casamentos prematuros, forçados e herdados, *lobolo* (compensação matrimonial), poligamia, ritos de iniciação, prostituição, etc.. Este combate nem sempre foi bem entendido, até por mulheres que participaram na luta armada, que referiam não ter sido essa a linha da FRELIMO no período da LALN, em que a relação povo/FRELIMO estava presente no quotidiano, pelas discussões e reuniões constantes acerca da vida das pessoas, bem como o facto de continuarem a constatar que os dirigentes enviavam os seus filhos para as terras de origem a fim de serem submetidos aos ritos de iniciação e destas práticas continuarem a ser seguidas por 'chefes'.

A "*linha política*" da Frelimo concebia que a emancipação da mulher só seria alcançada pondo em causa as estruturas do mundo semi-tradicional, que qualquer estratégia política socialista teria que alterar (O'Laughlin, 1992). Esta política está sob fogo cruzado de vários analistas do novo paradigma emergente na literatura sobre Moçambique, que defendem que face à desconsideração da Frelimo para com as autoridades tradicionais, urge restituir-lhes o poder, ou então fazer alianças. As pressões internacionais têm sido muito fortes também. A investigação recente revela que estão sendo desmanteladas nas zonas rurais as estruturas incipientes de democracia participativa de base, ao nível dos governos locais, criando-se condições para o regresso das chefaturas. Em muitas zonas, estes chefes estão a colectar imposto, recrutando as mulheres para vários tipos de trabalho, como ocorria no período colonial (por exemplo, na construção de estradas), julgando os casos de modo tradicional, proibindo as mulheres de realizar certas tarefas, impondo-lhes direcção política no seu voto. Durante as eleições presidenciais e legislativas de 1994, chefes tradicionais houve que retiraram os cartões de eleitor a mulheres, quando suspeitavam que votariam num Partido, que não fosse do seu agrado. Estes desenvolvimentos podem, pois, perigar alguns dos frágeis, mas importantes avanços da Frelimo, nos primeiros anos da independência, avanços estes que foram sendo incorporados na filosofia de vida de muitas mulheres, que fizeram com que este movimento tivesse revelado "*uma criatividade e imaginação únicas em África, no âmbito doméstico e internacional*" (O'Meara, 1991: 82).

Convém, entretanto, realçar, que têm surgido igualmente iniciativas diversas, e que envolvem a participação dos chefes tradicionais, reveladoras duma notável criatividade, pela criação de alternativas de vida, tendentes a superar as dificuldades de acesso a diversos serviços, de carácter social e económico, num momento de crise do Estado de bem-estar social, em Moçambique, sobretudo a partir de finais da década de 80. Estas iniciativas, bastante diversas, envolvem vínculos de parentesco, de vizinhança, de relações de trabalho, em que diversas autoridades tradicionais, entre as quais, chefes tradicionais, chefes religiosos

e curandeiros estão envolvidos na resolução de problemas do quotidiano, em conjunto com as populações, dando mostras da construção de outro tipo de cidadania, mais activa e participativa¹⁴.

A Constituição de 1975 garantiu os direitos básicos - de 1ª e 2ª geração - às cidadãs moçambicanas. Todavia, apesar dos avanços legislativos alcançados com a primeira Constituição, da extensão do direito de voto a mulheres, de não discriminação em termos de acesso a emprego, salário, saúde, educação, justiça, da licença de parto de dois meses, a mulher não gozava dos mesmos direitos de cidadania que os homens. A mulher que casasse com um cidadão estrangeiro, perderia a sua nacionalidade, o que não acontecia com o homem. A Constituição de 1990 não alterou substancialmente esta situação - se uma mulher estrangeira casasse com um moçambicano podia, por casamento, adquirir a nacionalidade moçambicana, mas o cidadão estrangeiro que desposasse uma moçambicana, não tinha acesso automático à nacionalidade. Ao mesmo tempo que se apegou o combate contra os valores retrógrados, impõe-se uma cidadania restrita às mulheres, como se elas continuassem seres inferiores e incapazes de decidir sobre as suas vidas¹⁵. Esta posição política reflecte a construção masculina duma cidadania diferenciada em termos de género, que privilegia as elites masculinas dominantes, e considera apátridas as mulheres que se casem com cidadãos estrangeiros. O casamento de cidadãs nacionais com estrangeiros traduziu-se no exílio de mulheres, ou na sua designação em cidadãs de segunda classe, e na marginalidade para os seus maridos e filhos. Este foi o caso da cidadã Unity Dow, do Botswana, casada com um cidadão americano e a quem foram retirados os direitos de cidadania aos seus filhos, e o seu marido, foi considerado *persona non grata*. Tratou-se do famoso *Unity Dow Case*, já que esta jurista e militante dos direitos humanos, processou o Estado do Botswana e, depois duma longa jornada e de muita solidariedade regional, continental e internacional, conseguiu ganhar o caso. Entretanto, quantas mulheres não têm a sua cidadania negada, numa região onde as fronteiras foram estabelecidas durante o período colonial, onde as nações estão em processo de criação e recriação, e onde sempre houve uma grande mobilidade? Esta mobilidade aumentou consideravelmente com o impacto dos programas de ajustamento económico que têm obrigado, sobretudo as mulheres, a procurarem, além fronteiras, o seu sustento, através de várias estratégias de sobrevivência, casando fora das suas terras de origem, e para quem as fronteiras estabelecidas, não têm o mesmo significado que para os funcionários do Estado (Cheater e Gaidzanwa, 1996).

A questão da emancipação da mulher foi, para a elite dirigente da FRELIMO, um dos pontos cruciais de debate sobre o carácter revolucionário ou não da luta armada, independentemente das análises sobre o protagonismo das mulheres que participaram na luta armada, no período pós-independência. O seu maior ou menor engajamento, era indicativo do avanço ou recuo, no campo militar, social e cultural. Muitas das mulheres que participaram no movimento, identificaram a luta de libertação nacional como sua e defenderam os seus interesses como mulheres. Este foi o caso também de outros processos de luta pela independência em África, mesmo quando o seu cometimento em relação à emancipação da mulher não assumiu a dimensão do da FRELIMO (Mama, 1995; Gaidzanwa, 1992). No seu

^{14/} Referência a: *Famílias em Contexto de Mudanças* (1998) e *A Ilusão da Transparência na Administração da Justiça* (2000), WLSA Moçambique; "Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique" (2000), CEA/CES; e "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala", elaborado por Teresa Cruz e Silva (1999).

^{15/} Durante a Confª Extraordinária da OMM realizada em 1983 foi esta a posição defendida por S. Machel.

processo de crescimento a FRELIMO rejeitou qualquer solução que apenas transferisse a relação opressor/oprimido. A experiência das independências em África havia mostrado que a transposição mecânica do poder dos colonizadores para os colonizados não alterara as relações de exploração existentes. Todavia e, apesar dos avanços conseguidos com a luta pela emancipação da mulher, a FRELIMO, tendo como ponto de referência o movimento comunista internacional e a experiência de construção do socialismo, não atacou a questão da mulher no ponto fulcral - a esfera doméstica, o trabalho invisível da mulher, considerando que a sua emancipação só seria possível pela participação na produção social. Ora o trabalho doméstico não foi considerado como trabalho social. A mulher viu-se obrigada a desempenhar mais actividades, sem que tivesse havido um debate acerca da divisão sexual de trabalho no seio da família e da sociedade e uma prática diferente. Algumas mulheres consideravam a participação na luta armada como um momento excepcional da sua vida, reproduzindo-se a divisão sexual do trabalho na esfera pública e privada depois da independência. Talvez aqui esteja uma das causas para o afastamento de muitas mulheres guerrilheiras do DF e da OMM que tiveram um papel bastante activo durante a luta armada. A mulher continuou a ser apenas vista como o elemento unificador da família, célula base da sociedade, como a mulher-dona-de-casa, educadora das novas gerações, garante dum lar harmonioso, sem se considerarem as contradições que a dupla jornada trazia para as mulheres que trabalhavam fora de casa, na medida em que a sua participação na produção social não trouxe mudanças significativas para a divisão de trabalho entre os sexos, ao nível da família.

III - O discurso e a prática da libertação da mulher

"Foi com a independência que a cultura moçambicana ganhou cidadania e, indubitavelmente o livre curso da sua expressão. Entre a necessidade de afirmar os ideais que norteavam a revolução e a consciência de exercer vigilância sobre o processo e sobre si própria, a nave da cultura flutuou, resgatando no seu excuro as enormes contradições que marcaram as duas primeiras décadas da história da República de Moçambique" (Nelson Saúte, Público, Lisboa, 23/06/95).

Na década de 60, a FRELIMO surgiu como um Novo Movimento Social, lutando por um espaço moçambicano, por uma cidadania para todos que haviam sido excluídos da história. No processo da LALN, e influenciada pelos processos das independências Africanas, pela edificação do socialismo em vários Países, e pelas experiências do Estado-Providência, esta cidadania é não apenas alargada aos homens mas também às mulheres. A LALN, em Moçambique, criou espaços para a participação da mulher. Numa fase inicial, a sua mobilização foi motivada por razões instrumentais, para intensificar o esforço da libertação contra o colonialismo. O movimento de libertação foi obrigado a apelar para a participação das mulheres, como indivíduos, mães, irmãs, militantes e camaradas, como parte do povo que a FRELIMO representava. A sua participação na luta, e conseqüentemente, o avanço desta, teriam sido limitados se as mulheres houvessem sido mobilizadas como agentes dependentes e inferiores aos homens.

A experiência da FRELIMO, apesar de limitada a zonas periféricas do território e, maioritariamente rurais, constituiu a base para a futura 'reconstrução nacional'. Nas Zonas Libertadas do colonialismo, implantou-se gradualmente uma forma de poder de tipo democrático participativo, com apoio popular de tipo plebiscitário informal (Santos, 1994: 229). O processo político na base era concebido como didáctico, havendo participação das populações, muita discussão e debate. O poder e o sucesso da FRELIMO dependiam do trabalho e da aprendizagem permanentes com os camponeses de cada região; dependiam da

sua activa colaboração, actuando como protagonistas, como sujeitos da sua própria libertação. A participação da mulher era vista como necessária, pois de todos era fundamental a inclusão no movimento.

O combate pela afirmação da mulher mostrou como, ao longo da Luta Armada, foi também possível começar o desmontar das formas anteriores de coisificação e 'promoção' da mulher, tendo-se iniciando os primeiros passos para relações sociais de género baseadas na igualdade de direitos e deveres. Neste processo, mulheres e homens foram, ao mesmo tempo, agentes transformadores e sujeitos a ser transformados, através dum processo de criação duma sociedade de tipo novo. A Luta Armada demonstrou que um dos principais indicadores dos avanços e revezes da revolução, estava ligado ao processo de libertação da mulher. É de salientar que as mulheres utilizaram as mudanças nas ideologias de género, que tiveram lugar durante a luta, para renegociar as relações e os papéis na esfera doméstica.

Os debates sobre as questões de género e sobre a emancipação da mulher, foram moldados pela participação da mulher na Luta Armada, e constituíram um ponto de ruptura em relação às características da luta e ao tipo de sociedade a edificar, depois da tomada de poder. Os resultados destes debates são reveladores das contradições existentes na sociedade e em relação à percepção construída sobre o papel da mulher, e sobre as relações desta com os homens. Estes debates, e as posições assumidas ao longo deste 'tempo breve numa longa duração', estabeleceram o modelo para a sociedade no período pós-independência.

Todavia, apesar da sua activa participação como guerrilheira, no Destacamento Feminino, como professora, como enfermeira, como camponesa, e da sua participação na Organização da Mulher Moçambicana, a sua representação social ficou dependente das necessidades do movimento nacionalista e, mais tarde, do Partido Frelimo "guia do Povo e da Revolução Moçambicana", uma vez que a OMM é definida como "um braço do Partido", e funciona como linha de comunicação entre o Partido e o Povo. A sua política, é a política da Frelimo, não cabendo nela, a maior parte das vezes, as lutas específicas de género (Arnfred, 1988). Esta situação manteve-se, no período posterior à independência, tendo os interesses específicos de género, sido protelados, devido à guerra de desestabilização, ou então não tomados em consideração pela visão assumida acerca da emancipação da mulher.

Sendo dos movimentos de libertação mais ousados em relação à questão da emancipação da mulher (que a concebia como fazendo parte integrante do processo global de libertação da sociedade e, em que se avaliava o avanço da luta pelo nível de participação da mulher, em que a colaboração povo e movimento nacionalista era uma constante), a FRELIMO não conseguiu avançar para além dos quadros teóricos instituídos ao nível do nacionalismo, do marxismo e das teorias da modernização. Faltou a análise das identidades femininas e masculinas, em transformação; a conceptualização dos diferentes grupos de mulheres e, em especial, da mulher camponesa; bem como das questões relacionadas com o impacto do colonialismo na vida de mulheres e homens; com a economia política das diferentes regiões; as características, a divisão de tarefas e as relações de poder, no seio dos agregados familiares; a ligação com a terra, considerada um bem comum da comunidade. A aliança de classes - operário-camponesa - não salvaguardou os interesses das mulheres, enquanto mulheres, crítica que as mulheres Africanas participantes da Luta Armada no continente - do Zimbábue, Namíbia, África do Sul, Uganda, Eritreia - têm dirigido aos políticos nacionalistas do pós-independência (Amadiume, 1997: 113).

Pensou-se nos anos 70 que a 'segunda vaga' do socialismo Africano, motivada pelas independências das colónias portuguesas, após processos de luta armada, poderia conduzir a uma época de políticas genuinamente revolucionárias, considerando, alguns Africanistas, os regimes de Moçambique, Angola ou Zimbabwe, como Afro-Marxistas ou Afro-Comunistas, para os distinguir dos anteriores regimes socialistas no continente, como por exemplo, os da Tanzânia, do Ghana ou da Guiné-Conackry. A sua argumentação baseava-se no 'sabor' nacionalista do seu marxismo, devido às ideologias ecléticas, às estruturas organizacionais flexíveis e a uma liderança pragmática, bem como a sua determinação em criar partidos de vanguarda, a primazia da luta de classes e as afinidades com o bloco Soviético. Um aspecto crucial na sua argumentação estava relacionado com as condições que estes movimentos de guerrilha criaram para os debates em relação às mulheres e às questões de género, numa sociedade pós-colonial. Entretanto, as transições para o socialismo na periferia, revelaram-se plenas de obstáculos, para além dos factores relacionados com a desestabilização, factos que acabaram por caracterizar quase todos estes processos de transição nos países da periferia. Nestas condições, as dinâmicas das diversas lutas e, especialmente, das lutas de género e de classe na transição para o socialismo, foram adiadas para o futuro, devido à necessidade de defender o país, alcançar a paz e então construir a sociedade nova. Entretanto, era possível ver-se os esforços para a criação de novas formas de participação democrática, e o estabelecimento dum novo sistema político, que prestasse maior atenção às questões de igualdade de oportunidades (Scott, 1995: 105-106).

A elite dirigente da Frelimo, e não apenas Samora, entendia o desenvolvimento como uma aplicação bem sucedida da ciência, da tecnologia e da planificação a um país com um nível baixo de desenvolvimento material. A batalha da produção previa o desenvolvimento industrial e a afectação de grandes recursos financeiros para a mecanização das empresas estatais, tendo-se descurado a produção comunitária ou familiar. Trata-se, portanto, duma luta travada entre os homens e a natureza e entre classes de homens, traduzindo-se numa aliança entre trabalhadores industriais (homens) e camponeses (homens). O que se revelou problemático nesta formulação, não foi o facto do trabalho das mulheres ter sido esquecido, mas o de se ter concebido a batalha pela produção como uma relação e oposição entre a liderança heróica e masculina, e a passividade feminina, devido à sua ligação com a natureza e com o pré-capitalismo. Para os teóricos marxistas-leninistas da modernização, o agregado familiar é atrasado, duplamente oprimido pela sociedade feudal-colonial e capitalista, sendo a solução, a sua completa modernização. Esta formulação articula as mulheres e a família com as estruturas pré-capitalistas. A construção do discurso da Frelimo acerca das mulheres como 'duplamente oprimidas', conduziu à definição de papéis e actividades concretos para as mulheres, vistas como vítimas, que apenas poderiam escapar desta situação, através da luta de classes, da industrialização e duma política revolucionária da modernização. Interessante é constatar como esta formulação tem sido utilizada pelo Banco Mundial, na sua estratégia de incorporar as mulheres nos programas de ajustamento estrutural, ou seja, no desenvolvimento capitalista (Scott, 1995: 105-119), o que é revelador da capacidade destas instituições internacionais de cooptarem e esvaziarem de conteúdo discursos potencialmente e/ou aparentemente emancipatórios.

A partir da década de 80, o movimento das mulheres cooperativistas, em torno da União Geral das Cooperativas, acaba por ser, duma forma organizada, uma das poucas vozes que contraria o discurso oficial da Frelimo e da OMM, pela defesa duma visão que busca as suas origens na realidade moçambicana e Africana, baseadas na unidade produtiva Africana,

e na articulação da defesa da posição económica tradicional da mulher, com a luta por uma nova identidade de género.

Neste sentido, o movimento de mulheres, em Moçambique, criado e moldado a partir do movimento nacionalista, com uma visão socialista, e um programa político de modernização, que excluía as lutas de género, caracterizou-se por uma relação problemática com o nacionalismo e com os seus políticos, sobretudo depois da independência. As lealdades forjadas durante os diversos momentos da luta nacionalista, por um lado e, os desafios decorrentes da construção de novas identidades femininas e de diferentes relações com o Estado e com a sociedade depois da independência, por outro, podem ser apontados como estando na origem desta relação conturbada. Esta relação contraditória está também relacionada com a aceitação ou não das mulheres como actoras sociais e com a questão da transformação do pessoal em político. Qualquer chamada de atenção para a especificidade da mulher era vista como uma deslealdade para com a comunidade e o partido e, como atentando contra a preservação do que foi construído e considerado, pelos dirigentes homens, como a autenticidade Africana, definida como altruísmo, como uma disponibilidade permanente das mulheres darem e cuidarem dos outros.

Conclusões

“AS PARTEIRAS DO TEMPO

A mulher avança por dentro da imagem. Por detrás dela está o tempo. O tempo de um país que demorou muito sangue a se encontrar. De uma nação que apenas se reflecte em espelho quebrado. De um povo que pagou caro o ter sonhado. E apesar de tudo ela se move, a mulher. Como um planeta dentro da terra, como se os seus pés pisassem a própria luz que a sua caminhada vai fabricando.

Essa pequena mancha de chão que se vê na fotografia é afinal, o mundo inteiro. A madrugada começa nesse fundo de neblina. Como se fosse a primeira manhã do mundo. A mulher traz esse mundo sobre a sua cabeça mas como se fora um sol: ou, melhor, uma madrugada. O que elas acarretam pesa tanto como suas vidas mas elas o transportam com leveza, com elegância de um riso. ... Em nenhuma destas mulheres se lê um traço de derrota. Elas transportam o mundo à cabeça para deixar livres as mãos. Essas mãos permanecem disponíveis para o amor e para a enxada. Estas mulheres estão em movimento. Seus pés vão cruzando mais que lugares – vão percorrendo tempos. Estas mulheres estão caminhando para fora da moldura como se a actual realidade não lhes bastasse, como se no ventre deste tempo elas fossem parteiras dos sonhos todos que carregamos em nossas cabeças” (Mia Couto. Prefácio ao livro de fotografias de Carlos Dominguez *Com o mundo na cabeça – Homenagem às mulheres de Moçambique*, Associação do Centro Cultural de Matalana, Figueira da Foz, 1997).

A mulher conquistou estatuto de actora social em Moçambique com a sua participação no movimento nacionalista unificado a partir da criação da FRELIMO, em Junho de 1962. Na sua procura de identidade cultural e de afirmação de uma identidade nacional, o movimento nacionalista em Moçambique, criou condições para o 'engajamento' de mulheres e homens na luta contra o colonialismo. No discurso hegemónico, esta luta atingiu a representação de Mulher-Povo, o que lhe conferiu uma identidade e uma legitimidade. A identidade remeteu a uma relação de alteridade onde a consciência de pertença - eu sou Povo - é também a de uma diferença - o outro é o inimigo, o estrangeiro. A legitimidade era a de ser uma força libertadora, enquanto Povo, e a sua legitimidade – como Mulher - não podia ser entendida a não ser dentro dos limites acordados pelas necessidades de consenso político (Reis,1987:159). Deste modo a sua representação social ficou dependente das necessidades do movimento nacionalista - lutar contra o colonialismo, pela independência da nação moçambicana. Esta representação está evidenciada no Hino da Mulher Moçambicana, elaborado depois da independência:

“Cantemos com alegria o sete de Abril:
 O dia consagrado à Mulher Moçambicana;
 Companheira inseparável do homem engajado
 Na luta contra a velha sociedade exploradora
 Quem é?
 Aquele que mobiliza e organiza o nosso Povo
 Quem é?
 Aquele que produz e alimenta os combatentes
 É a Mulher Moçambicana emancipada
 Que destrói as forças da opressão.
 Lutando com firmeza contra as ideias velhas,
 Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo;
 Levando no olhar a certeza da vitória,
 Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício
 Quem é?
 Aquele que ergue alto o farol da Liberdade
 Quem é?
 Que grita ao mundo inteiro
 Que a nossa luta é a mesma
 É a Mulher Moçambicana emancipada
 Que traz o Povo no seu coração.
 Do Rovuma ao Maputo, unamos nossas forças
 Cimentemos a unidade ideológica do Povo;
 A FRELIMO já traçou a Política do Povo
 Que deve ser vivida e difundida, noite e dia
 Avante, Moçambicanos,
 Avante, Homens e Mulheres,
 Na Unidade, no Trabalho e Vigilância:
 Venceremos Exploração”.

Esta representação reproduziu-se no período pós-independência, tendo a emancipação da mulher sido entendida, a maior parte das vezes, como algo oferecido pela FRELIMO, e não como um direito conquistado durante a Luta Armada, fruto de muitas contradições e também objecto de influência das conquistas das mulheres integradas em diversos movimentos feministas internacionais.

De realçar, todavia, que a participação da mulher na luta armada, obrigou a um repensar sobre o seu papel na sociedade, sobre as relações sociais com os homens e sobre o tipo de sociedade a edificar, tendo provocado uma ruptura simbólica nas relações de género. Talvez seja este um dos motivos porque, apesar da situação de discriminação que ainda caracteriza a mulher, Moçambique ser hoje o primeiro país em África, em termos de percentagem de mulheres no Parlamento, 30%, e um dos poucos a ter inscrito a dimensão de género no Programa do Governo, saído das Eleições multipartidárias de 1994. Será apenas retórica ou resultado dos desafios que as mulheres vêm enfrentando? Esta situação ocorre num momento em que, a nível mundial, a percentagem de mulheres parlamentares decresceu de 14,8%, em 1988, para 11,7%, em 1997. De acordo com Pierre Cornillon, Secretário-Geral da União Interparlamentar, a queda do comunismo, em parte, é responsável pela diminuição de mulheres parlamentares, acrescentando que,

“...Houve uma baixa logo que a maioria dos países socialistas da Europa do Leste mudaram os seus sistemas. Isso implicou uma importante diminuição do número de mulheres com assentos nos parlamentos” (Union Interparlementaire, 1997 e Jornal Notícias, Maputo, 15/02/97).

A União InterParlamentar realizou um estudo, com os partidos políticos do mundo, que revela que apenas 7,7% de mulheres se encontram entre chefes dos grupos parlamentares

e 9% entre os seus porta-vozes. A igualdade entre os sexos é mais respeitada nos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia), com uma média de 40% de participação de mulheres nos parlamentos.

Convém entretanto assinalar que, apesar do alcance dos programas da Frelimo, as características masculinas inerentes ao discurso marxista, acabaram por originar contradições ao nível das políticas do partido e do Estado. Estas políticas estão marcadas por uma perspectiva que ignora na prática a opressão das mulheres pelos homens, e define o trabalho da mulher fora da esfera do trabalho socialmente produzido, considerando o trabalho realizado ao nível da esfera pública da produção, como o mais importante palco de luta. São políticas baseadas na ética e na moral protestante, que falam na dignidade do casamento, da família (nuclear), do pai chefe de família e da mãe dona-de-casa e duma vida organizada, rejeitando a 'vagabundice', o alcoolismo, a prostituição, a marginalidade (Arnfred, 1990). Ou seja, uma moral 'marxista enxertada em protestantismo', devido à influência destes valores, em alguns dirigentes da Frelimo, através da educação nas missões cristãs. A crítica feminista do marxismo (Molyneux, 1986; Kruks and Wisner, 1989; Arnfred, 1988, 1990) sugere que a análise deve focar as "mulheres como *produtoras*, assim como *reprodutoras*, nas relações a nível da família, e no processo político de planificação, na medida em que afectam as mulheres na sua condição de *produtoras*" (Scott, 1995: 108). Uma outra importante crítica feminista do marxismo, diz respeito ao modo como os dirigentes do Estado trataram o agregado familiar. A divisão de trabalho a nível do agregado familiar é ignorada, o que significa que a 'elasticidade' das mulheres para participarem no trabalho ao nível das fábricas e empresas estatais, tem limites, devido à necessidade de cuidar da *machamba*, dos filhos, dos trabalhos da comunidade. O agregado familiar é igualmente considerado um campo imutável, tradicional e de práticas culturais e relações sociais retrógradas, o que originou o combate, desencadeado depois da independência, contra todas as formas de obscurantismo, características das estruturas tradicionais e que mais influenciam as mulheres, consideradas seres conservadores, imersas na ignorância e no obscurantismo (Kruks and Wisner, 1989: 154-155). Ao considerar o agregado familiar atrasado, privado e isolado, enquanto que a esfera pública é ocupada por classes racionais (de homens), cuja composição reflecte o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o Partido/Estado Marxista-Leninista aproximava-se da perspectiva do Estado liberal e da perspectiva da modernização (Scott, 1995: 113-114).

" As modas são assim, têm a sua retórica que tende a ser universal mas também efémera (Barthes, 1967). A moda não tem lógica, tem prática e por isso apaixonada e é transportada até aos mais recônditos lugares do mundo... A globalização da economia começou pela universalização do pensamento económico do Norte sobre o Sul. O objectivo era descobrir a força motriz do desenvolvimento no Norte para se actuar na mesma área no Sul ... Saber porquê, onde e como actuar continua sendo uma das maiores dificuldades de quem tem algo para dar e de quem tem vontade de fazer" (Negrão, 1997: 119-120).

A nova fase que se vive em Moçambique, propicia o surgimento de alternativas de poder mais emancipatórias e a prática duma cidadania mais participativa e activa. Nos últimos anos, são sobretudo as mulheres, mais pobres, tanto em espaço urbano, como rural, que é obrigado a mover-se, para ganhar a vida, através do mercado informal, incluindo além fronteiras. Trata-se dum fenómeno característico da região Austral de África, onde a mobilidade foi sempre uma constante, mas a mobilidade masculina. Entretanto, as condições económicas e sociais e as transformações que vêm ocorrendo na África Austral, nas últimas três décadas, corroeram e reconfiguraram as relações, tanto de homens como de mulheres, com o espaço, bem como os seus padrões de mobilidade. Esta nova mobilidade das mulheres, tem ameaçado os seus direitos de cidadania, num contexto de Estados patriarcais, que

reforçaram, nas suas leis de nacionalidade, o critério do *jus sanguinis*, em detrimento do *jus solis*, modelo baseado na mobilidade individual. Mas também ameaça os interesses masculinos, pela abertura de possibilidades para as mulheres competirem em espaços económicos e sociais, que eram antes domínio exclusivo dos homens. Investigação nos últimos anos, em torno do sector não estruturado da economia, revela quão grande tem sido a sua contribuição e a sua importância, na procura de estratégias de sobrevivência para as mulheres, sobretudo em espaço urbano. Mais investigação é necessária no sentido de entender as múltiplas formas de resistência, hibridismo e fenómenos de mimesis das mulheres, as quais influenciam na construção das suas identidades, num contexto de constrangimentos materiais e discursivos das suas vidas.

Em 1997, o Programa de Reabilitação Económica, proposto para cinco anos, fez uma década em Moçambique. Até que ponto temos força, confiança e vontade política para, por um lado, forçar o Estado a entrar num caminho construtivo e, por outro, apresentar alternativas aos programas das instituições de Bretton Woods, as quais têm sido eficazes na cooptação de diferentes formas de luta e esvaziando-as do seu conteúdo, como tem acontecido com a dimensão de género, democracia, direitos humanos, *empoderamento* (*empowerment*), etc.? Conseguiremos combater as tendências de recolonização, que acompanham o processo de globalização? Os fenómenos de exclusão, de crescente feminização da pobreza, de brutalidade extrema, duma criminalidade internacionalmente montada, e com sucursais por todo o planeta, de fundamentalismos de todos os tipos, exigem um pensar global e um agir local, um reinventar da democracia e das instituições, privilegiando a participação comunitária, a cidadania, através do respeito pelas várias culturas democráticas, explorando diversas possibilidades e vontades humanas (Santos, 1995).

Fica, por isso, uma grandiosa tarefa para nós, mulheres moçambicanas, sobretudo as que temos estado envolvidas em diversos movimentos e organizações, e as que pertencemos ao mundo académico: reler as teorias existentes e repensá-las, numa perspectiva de género; reler e repensar o agregado familiar, e analisar como localizá-lo no sistema-mundial capitalista; pensar no trabalho das mulheres, ao nível do agregado familiar, mostrar que se trata dum trabalho diferente, e não igual, a qualquer outro; analisar como o Banco Mundial está a utilizar o trabalho da mulher, ao nível do agregado familiar - não pago e importante para não provocar grandes abalos - lugar seguro para aparar os golpes dos programas de ajustamento estrutural (Elson, 1997); analisar o papel do Estado, e o modo como assume o PRE e facilita a reestruturação capitalista, trabalhando para legitimar as definições liberais de democracia e assegurando uma ordem amena para o capitalismo; rescrever o desenvolvimento, contribuindo para a redefinição do significado de democracia, passando duma concepção de democracia, em termos de estabilidade, ordem e eleições multipartidárias, para uma mais vasta visão de democracia, que contesta os actuais significados liberais, e propõe uma mais activa e participativa, que respeite as identidades diferentes e diversas de mulheres e homens. A reinterpretção da democracia a partir das vidas e experiências das mulheres, em Moçambique, no continente Africano, e em países do Terceiro Mundo, poderá contribuir para uma crítica das práticas existentes, e tem o potencial de fornecer um novo conjunto de alternativas à modernização, ao desenvolvimento e à revolução (Arnfred, 1990; Scott, 1995).

Samora disse, na capital da Serra Leoa, a propósito d' "A Ofensiva Política e Organizacional":

“Devemos erradicar definitivamente a mentalidade que nos foi inculcada pelo imperialismo de que é próprio do africano ser pobre, ser incapaz, ser ineficiente, de que o

africano tem de ser dependente. Esta concepção paternalista e racista constitui a força ideológica do neocolonialismo e do imperialismo, o seu destacamento avançado que prepara os nossos Povos para aceitarem com fatalismo e resignação a sua condição de subdesenvolvidos, de explorados, de indigentes” (Souto e Sopa 1996:xiii).

Parafraseando Samora, nós mulheres afirmamos que também devemos erradicar a mentalidade que nos foi inculcada pela cultura dominante de que é próprio da mulher ser inferior, incapaz, ser ineficiente, de que a mulher tem de ser dependente do homem. Esta concepção paternalista e androcática constituiu a força ideológica da sociedade exclusiva e desigual em que vivemos, que nos prepara para aceitarmos com fatalismo e resignação a condição de cidadãs de segunda categoria, sem capacidade para poder decidir das nossas vidas.

BIBLIOGRAFIA

Amadiume, Ifi (1997) *Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture*. Zed Books Ltd, London & New York.

Arnfred, Signe (1988) "Women in Mozambique: Gender Struggle and Politics". In: *Review of African Political Economy* (Socialism, Democracy and Popular Struggles), pp. 5-16.

Arnfred, Signe (1990) "Notes on Gender and Modernisation - examples from Mozambique". In: S. Arnfred & Bentzon (eds) *The Language of Development Studies*. Copenhagen: New Social Science Monographs.

Arthur, M^a José (1998) "Direitos da Mulher, Direitos Humanos". In: *NOTMOC* (Notícias de Moçambique, na Internet), N^o Especial dedicado ao 7 de Abril.

Bragança, Aquino de e Depelchin, Jacques (1986) "Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos*, N^o 5/6, CEA, UEM, Maputo, pp. 29-52.

Casimiro, Isabel (1986) *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74*. Tese de Licenciatura em História. Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Casimiro, Isabel (1999) "‘Paz na terra, guerra em casa’. Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique". Dissertação elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Faculdade de Economia, Coimbra.

Centro de Estudos Africanos, (1984) "FRELIMO, from Front to Party: some revolutionary transformations". *Oficina de História*, UEM, Maputo, mimeo.

Cheater, A.P. e Gaidzanwa, R.B. (1996) "Citizenship in Neo-patrilineal States: Gender and Mobility in Southern Africa". In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 22, N^o 2, June, pp. 189-200.

Eisler, Raine (1991) *El Caliz y la Espada: Nuestra Historia, Nuestro Futuro*. Editorial Cuatro Vientos, Santiago de Chile.

Elson, Diane (1997) "Gender Analysis and Economics in the Context of Africa". In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*. CODESRIA, Dakar, mimeo.

FRELIMO (1975) *Hinos Da Revolução*. 4ª ed. Maputo.

FRELIMO (1977) *Documentos Base Da Frelimo*. Tempográfica, Maputo.

FRELIMO (1977) *Documentos Do III Congresso*, DTI, Maputo.

Gaidzanwa, Rudo (1992) "Bourgeois Theories of Gender and Feminism and their Shortcomings with Reference to Southern African Countries". In: Ruth Meena (ed) *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. SAPES Books, Harare, pp. 92-125.

Hanlon, Joseph (1997) *Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

Imam, Ayesha M. (1997) "Engendering African Social Sciences: An Introductory Essay". In: Ayesha Imam, Amina Mama & Fatou Sow (eds) *Engendering African Social Sciences*. CODESRIA, Dakar, 23 pp., mimeo.

Jirira, Kwanele (1995) "Our Struggle Ourselves: Shaping Feminist Theory in our Context: The Zimbabwe Scenario". In: *SAFERE* (Southern African Feminist Review), (The Gendered Politics of Land), Vol. 1, Nº 1, SAPES BOOKS, Harare, pp. 77-86.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (s/d) "Mozambique: Some Reflexions on the Struggle for Women's Emancipation". Department of Political Science, New School for Social Reflections.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (1984) "The State, the Party, and the Female Peasantry in Mozambique". In: *Journal of Southern African Studies* 11, pp. 106-128.

Kruks, Sonia, and Ben Wisner (1989) "Ambiguous Transformations: Women, Politics, and Production in Mozambique". In: Sonia Kruks, Rayna Rapp, and Marilyn B. Young (eds) *Promissory Notes: Women and the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review Press, pp 148-171.

Machel, Samora (1974) "A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo". In: *A Luta Continua*, Cadernos Libertação dos Povos das Colónias, Nº 4, Edições Afrontamento, Porto, pp. 55 e segts.

Mama, Amina (1995) "Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria". In: *Afrique et Development*, Vol. XX, Nº1, CODESRIA. Dakar, Senegal, pp.37-58.

Mannathoko Changu (1992) "Feminist Theories and the Study of Gender Issues in Southern Africa". In: Ruth Meena (ed) *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. SAPES BOOKS, Harare, pp. 71-91.

McFadden, Patricia (1997) "Challenges and Prospects for the African Women's Movement into the 21st Century"; "Workshop on Feminist Theory & Practice in Africa". In: *Report of the First African Women's leadership Institute (AWLI)*. Kampala, Uganda, pp. 26-34 e 43-49.

McFadden, Patricia (1998) "Feminist Thinking and African Women's Perspectives". In: *SAPEM*, Vol. 11, Nº 4, Harare, pp. 25-27.

Meena, Ruth (ed.) (1992) *Gender In Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issue*. SAPES BOOKS, Harare.

Meena, Ruth (1992) "Do Women Have na Agenda in the Struggle for Democracy in Southern Africa?". *SAPEM - Southern Africa Political and Economic Monthly* 5, 8: 39-42.

Molyneux, Maxine (1986) "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution". In: Richard R. Fagen, Carmen Diana Deere, and Jose Luis Coraggio (eds) *Transition and Development: Problems of Third World Socialism*. New York: Monthly Review Press: pp. 280-302.

Mondlane, Eduardo (1995) *Lutar por Moçambique*. Colecção "Nosso Chão", CEA, UEM, Maputo.

O'Laughlin, Bridget (1992) "A Base Social da Guerra em Moçambique - Análise de 'A causa das armas em Moçambique - Antropologia de uma guerra civil", de C. Geffray, Paris: CRELU - Karthala, 1990, in: *Estudos Moçambicanos* nº 10, CEA, UEM, Maputo, pp. 107-142.

O'Meara, Dan (1991) "The Collapse of Mozambican Socialism", in: *Transformation*, nº 14, pp. 82-103.

OMM (1976) "Estatutos e Programa". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 17/11/76, mimeo.

OMM (1976) "Sessão de Encerramento presidida pelo camarada Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique". Frente de Libertação de Moçambique, Sede Nacional da FRELIMO. Departamento de Mobilização e Organização, Comissão Coordenadora Nacional da OMM, Maputo, 18/11/76, mimeo.

OMM (1977) *Documentos da 2ª Conferência da OMM*, Maputo.

OMM (1989) *Transformar a sociedade para fazer triunfar a revolução* (discurso de abertura do Presidente Samora Machel) Documentos da Conferência Extraordinária da OMM. Colecção Textos e Documentos Nº 5, Edição Partido Frelimo, Maputo.

OMM (s/d) *Análise sobre a situação social da mulher*. Documentos da Conferência Extraordinária da OMM. Coleção Textos e Documentos Nº 6, Edição Partido Frelimo, Maputo.

OMM (1991) *Estatutos e Programa*. Documentos da 4ª Conferência da OMM, Maputo.

Osório, Conceição (1988) *Les manuels scolaires d'Histoire au Mozambique - Une analyse*. Mémoire de D.E.A., Université de Paris VII, Jussieu, D.E.A. de Didactique des Disciplines, Paris.

Portugal, Ana María (1996) "LatinoAmerica Pasado y Presente". In: *Perspectivas (Feminismos)*, ISIS Internacional, Santiago de Chile, pp. 10-14.

Reis, Mª do Céu Carmo (1987) "Representation Sociale de la Femme dans le Discours Nationaliste: Le Cas de la Generation des Années 50 en Angola". In: *Africa: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, Nº 10, pp. 140-161.

Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Edições Afrontamento, Porto.

Santos, B. S. e J. Trindade (2000) "Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique", Centro de Estudos Africanos, UEM, Maputo e Centro de Estudos Sociais, Coimbra.

Saul, John (1991) "Mozambique: The Failure of Socialism?" In: *Transformation*, nº 14, pp. 104-110.

Saul, John (1994) "O Estado da Frelimo: Da Revolução à Recolonização". In: *Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº 15, Abril de 1994, Maputo, pp. 5-42.

Scott, Catherine V. (1995) *Gender and Development. Rethinking Modernization and Dependency Theory*. Lynne Rienner Publishers, USA.

Silva, T. M. Cruz e (1996) *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974) - The case of the Swiss Mission*, Bradford. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy, Dept. of Social and Economic Studies, University of Bradford.

Silva, T. M. Cruz e (1999) "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala" (1º draft). Maputo, Abril, mimeo.

Souto, Amélia e António Sopa (1996) *Samora Machel. Bibliografia (1970-1986)*. Centro de Estudos Africanos, UEM, Coleção "Nosso Chão", nº3, Maputo.

Union Interparlementaire (1997) *Hommes et Femmes en Politique - La Démocracie Inachevée - Étude comparative mondiale*, Série "Rapports et documents" Nº 28, Genève.

Urdang, Stéphanie (1979) *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. Monthly Review Press, New York.

Urdang, Stéphanie (1983) "The Last Transition? Women and Development in Mozambique". In: *Review of African Political Economy*, 27/28, pp. 8-23.

Urdang, Stéphanie (1984) "Women in National Liberation Movements". In: M. J. Hay and S. Stichter (eds) *African Women South of the Sahara*. Harlow, Longman.

Urdang, Stéphanie (1988) *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. London, Earthcan.

WLSA Moçambique (1998) *Famílias em Contexto de Mudanças em Moçambique*. DEMEG, CEA, UEM, Imprensa Universitária, Maputo.

WLSA Moçambique (2000) *A Ilusão da Transparência na Administração da Justiça*. DEMEG, CEA, UEM, Imprensa Universitária, Maputo.